



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

MARIA APARECIDA OLIVEIRA DE MIRANDA HENRIQUES

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CACIMBA NOVA, DA
INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE HISTÓRICO-POLÍTICA**

JOÃO PESSOA
2018

MARIA APARECIDA OLIVEIRA DE MIRANDA HENRIQUES

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CACIMBA NOVA, DA
INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE HISTÓRICO-POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
disciplina de TCC, junto ao Curso de Tecnologia
em Gestão Pública, como requisito parcial para a
obtenção do título de Tecnólogo em Gestão
Pública

Prof. Orientador: Dr. Vandersom Carneiro

**JOÃO PESSOA
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

H518c Henr, Maria Aparecida Oliveira de Miranda.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CACIMBA NOVA, DA
INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE HISTÓRICO-POLÍTICA /
Maria Aparecida Oliveira de Miranda Henr. - João
Pessoa, 2018.
53 f. : il.

Orientação: Prof DrVanderson Carneiro.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Identidade Quilombola. 2. Reconhecimento. 3.
Visibilidade. I. Carneiro, Prof DrVanderson. II. Título.

UFPB/BC

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CACIMBA NOVA, DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE HISTÓRICO-POLÍTICA

Monografia apresentada do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, como pré-requisito para a obtenção do grau de Graduação Tecnológica, apreciada pela Banca Examinadora, composta dos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vanderson Carneiro (Orientador/UFPB)

Prof. Dr. Marco Acco (Examinador/UFPB)

Mestra. Maria Janaina Silva dos Santos (Examinadora)

DEDICATÓRIA

A todos seres de LUZ que nos revigoram e nos impulsionam para uma vida do bem e de sábias escolhas.

Ao meu filho Matheus, que com maestria vai construindo seu próprio caminhar.

A Egberto Henriques, que me ensina todos os dias viver como a leveza da borboleta e a sabedoria da preguiça, com quem compartilho a vida no que tem de melhor e nos aperreios.

A todas as pessoas com quem convivo, as mais próximas, do encontro diário e aquelas que são presenças mesmo estando em outras paragens.

AGRADECIMENTO

À vida, que nas curvas, nas montanhas ou nos vales me ensina que há além de mim, além de nós, um ser MAIOR, que nos sustenta, nos anima e nos mantém no prumo.

Aos seres de luz com quem aprendo o bem viver a irmandade, as alegrias, as tristezas, a justiça, a tolerância, a determinação, a curtir os dias de chuva e as noites de lua cheia.

Gratidão às pessoas que tem como missão conduzir o curso de públicas na UFPB, que ao longo destes anos me ensinaram que uma gestão pública pode ser feita diferente, deve ser com responsabilidade e zelo com o que é de todo mundo.

A todas as pessoas que lembra-me sempre a razão e a quem se destina o serviço público.” Por quem e para quem trabalho”

As mulheres, homens, jovens crianças e idosos que sustentam a história das comunidades quilombolas.

Desde a escola primária, quando fazia alguma coisa que pudesse merecer um castigo, sempre me recordavam que eu era negro, como se existisse uma associação entre a cor e a coisa mal feita. E foi assim durante toda a minha vida. Inclusive depois que me tornei bispo.

José Maria Pires

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar os caminhos percorridos pela comunidade de Cacimba Nova do município de São João do Tigre para a conquista do título de Comunidade Quilombola. Fundamentada em documentos em relatos da própria comunidade, relatórios da Secretaria da Mulher e Diversidade Humana, do Ministério Público Federal e ainda das atividades desenvolvidas pelo Projeto do Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú; teremos uma visão geral dos passos dados para que a comunidade receba da Fundação Cultural Palmares a certidão de autodefinição de Comunidade Remanescente dos Quilombos. Uma vez reconhecida a comunidade passa a ser destinatária de políticas públicas a ela dirigidas de forma prioritária. Desenvolvemos a pesquisa abordando as políticas asseguradas pela Agenda Social Quilombola (SEPPIR, 2013). Concluimos que a Comunidade de Cacimba Nova a partir do registro de sua identidade está permanentemente procurando acessar políticas públicas que possam contribuir para melhores condições de vida na comunidade. Constatamos que os desafios são muitos, mas a resistência e a coragem os movem para além destas dificuldades.

Palavras Chave: Identidade Quilombola, Reconhecimento, Visibilidade

ABSTRACT

This work has as objective to report the paths travelled by the community of Cacimba Nova in the municipality of São João do Tigre for winning the title of the Quilombola. Based on the documents in reports from the community itself, reports of the Department of Women and Human Diversity, the Federal Public Ministry and even of the activities developed by the Project of Sustainable Development of the Cariri, Seridó and Curimataú; we will have an overview of the steps taken for the community to get the Palmares Cultural Foundation certificate of self-definition Community Remnant of the Quilombos. Once recognized the community shall be the recipient of public policy to address her priority. We have developed the research addressing the policies provided by the Social Agenda Quilombola (SEPPIR, 2013). We conclude that the Community of Cacimba Nova from the registry of your identity is permanently looking for access to public policies that can contribute to better living conditions in the community. We realize that there are many challenges but resistance and courage move them beyond these difficulties.

Keywords: Quilombola Identity, Recognition, Visibility

LISTA DE SIGLAS

AACAD	Associação de Apoio as Comunidades Afrodescendentes
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AT	Assessoria Técnica
CEB	Câmara de Educação Básica
CEHAP	Companhia Estadual de Habitação Popular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CRQs	Comunidades Remanescentes de Quilombo
DOU	Diário oficial da União
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEDI	Gerência-Executiva de Diversidade e Inclusão –
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPF	Ministério Público Federal
OGU	Orçamento Geral da União
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
PAA/CDS	Compra com Doação Simultânea
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNTC	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidade Tradicionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROCASE	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri Seridó e Curimataú
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEE	Secretaria Estadual de Educação-
SEMDH	Secretaria Estadual da Mulher e Diversidade Humana
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CACIMBA NOVA, UMA COMUNIDADE RECONHECIDA.	18
3. DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE DE HISTÓRICO-POLÍTICA: DESBRAVANDO VEREDAS.....	20
4. CACIMBA NOVA E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	26
5. CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	40
ANEXOS	44

1. INTRODUÇÃO

A luta pelos direitos marca a existência dos quilombos, especialmente o direito à liberdade. Assim foi determinante, para os negros e negras cativas, o movimento em direção aos quilombos no período da escravidão negra no Brasil. Nestas comunidades experimentaram a partilha não só dos bens necessários à sobrevivência, mas a afirmação da identidade negra através da cultura, da organização e da resistência. Era uma resistência em suas múltiplas faces: social, econômica e cultural. O quilombo era o lugar para procurar manter-se vivo, não só fisicamente, mas como guardiões e guardiãs da ancestralidade. Excluída dos seus direitos fundamentais no Brasil colônia, a população negra manteve-se no pós-abolição às margens.

A partir de 1988, com a aprovação dos Atos das Disposições Constitutivas Transitórias as comunidades remanescentes de quilombos, conquistam o direito de reconhecimento e territorialidade (ADCT, Art. 68). Antes, comunidades localizadas em áreas de difícil acesso e sem visibilidade, como forma de resistência e fuga da situação de escravidão imposta, tornam-se então espaço de acesso a direitos e construção de cidadania.

Alfredo Wagner Almeida destaca que a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 68 dos ADCT, opera uma inversão de valores no que se refere aos quilombos em comparação com a legislação colonial, uma vez que a categoria legal através da qual se classificava quilombo como um crime passou a ser considerada como categoria de auto definição, voltada para reparar danos e acessar direitos (SEPPIR, 2007. p.13). A comunidade reconhecida, certificada tem a garantia de acesso às políticas públicas e programas voltados para promoção humana e a preservação da cultura. A política de promoção e igualdade racial do governo federal traz o conceito de quilombo para além do passado, mas com perspectiva de futuro.

Além dos quilombos constituídos no período da escravidão, muitos formados após a abolição formal da escravatura, pois essa forma de organização comunitária continuaria a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade. De um modo geral, os territórios de comunidades remanescente de quilombos originaram em diferentes situações, tais como doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como cana-de-açúcar e o algodão, compra de terras, terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, inclusive de guerra, bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão. Há também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras da santíssima, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos (SEPPIR, 2001, p. 6).

Na Paraíba as comunidades quilombolas começaram a ser visibilizadas uma vez aprovado o Art.68 dos ADCT, em 1988, mas as lutas das comunidades quilombolas para a conquista da certificação e o direito à terra tem evidências concretas a partir do final da década de 1990. De acordo com a Fundação Cultural Palmares- FCP, Portaria 238/2018; a primeira comunidade a receber o certificado de Comunidade Remanescente de Quilombo- CRQs na Paraíba foi a Comunidade Serra do Talhado no município de Santa Luzia, em 2004, embora tenha sido a comunidade de Caiana dos Crioulos no município de Alagoa Grande a primeira a dar entrada ao processo solicitando seu reconhecimento em 1988; esta só recebeu o certificado em 2005. Hoje são 37 comunidades certificadas pela FCP, a última delas a Comunidade Quilombola de Cacimba Nova.



A comunidade de Cacimba Nova será nossa referência. Descreveremos seu processo de reconhecimento e de reconstrução da identidade com suas conquistas e desafios enfrentados. Reconhecer-se e tornar-se reconhecida é uma construção permanente tanto entre as pessoas da comunidade, como para os agentes externos.

O interesse pela pesquisa sobre Cacimba Nova surgiu a partir da experiência enquanto gestora do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Curimataú e Seridó (PROCASE). Projeto que tem por objetivo contribuir para a redução da pobreza rural em 56 municípios paraibanos por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens, mulheres e quilombolas. (PROCASE, 2012). Em quatro anos foi possível perceber através das atividades na comunidade de Cacimba Nova e da participação da mesma em intercâmbios com outras comunidades o crescimento e empoderamento das pessoas e os desafios na ocupação do espaço social e político

Constatamos várias comunidades quilombolas na Paraíba como objeto de estudo acadêmico, porém nenhum registro ainda, sobre a comunidade de Cacimba

Nova. Assim fomos motivadas, a descrever o processo de reconhecimento e a luta desta comunidade para garantir o acesso às políticas públicas. O objetivo é contribuir, ainda que de forma incipiente, para que a comunidade adentre ao espaço acadêmico compreendendo-o como lugar de produção científica, construção e troca de saberes, mas também comprometido com a coletividade e as mudanças necessárias para que estas se tornem agentes de transformação.

O auto reconhecimento é a base para o desenvolvimento do ser humano, assim como a construção de sua identidade é fundamental para torná-los cidadãos ativos e atuantes integrados no meio do qual vivem. Auto reconhecer-se remanescente de quilombo e a comunidade tornar-se reconhecida é um processo que extrapola os documentos oficiais, vai além da fria letra documental. São vidas, de anciãos, de mulheres, de jovens e crianças tecendo no dia a dia a liberdade. É ter a coragem de se expor e expor a história de sua ancestralidade marcada pela discriminação, racismo e preconceitos. É uma grande conquista, mas cerceada por grandes desafios, dentre estes a garantia de que as políticas públicas sejam conquistas e tornem-se realidade no cotidiano da comunidade. É um processo de construção política.

O fato de ter no município uma comunidade reconhecida como quilombola dá-lhe oportunidade de captar recursos junto ao governo federal para que esta comunidade seja assistida pelos programas pertinentes. Acessar as políticas públicas torna-se uma tarefa da gestão, provocada pelos membros da comunidade.

Reconhecida, a comunidade enfrenta outro desafio a titulação do espaço territorial. Procedimentos estabelecidos através do decreto presidencial de nº 4887/2003, que ainda preconiza a construção de um plano de etno-desenvolvimento por um comitê gestor formado por representantes de vários órgãos do governo (Art. 19). A constituição do referido comitê foi regulamentado através do decreto 6261/2007 estabelecendo ações voltadas para a melhoria das condições, de vida das pessoas que vivem em comunidades quilombolas, trata-se da agenda social quilombola que coordenada pela Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, programará a: política de acesso a terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e ações voltadas à cidadania.

Dentre as ações voltadas para a construção da cidadania destacamos o acesso à alimentação, pela premissa que lhe é peculiar. O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional-SAN diz que segurança alimentar é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (BRASIL, 2004, p.4)

Responsável pela política de alimentação escolar o Programa Nacional de Alimentação Escolar cuida dos diferentes como diferentes. A transferência de recurso para a alimentação nas escolas com alunos quilombolas terá um percentual diferenciado, hoje o incremento nos recursos da merenda escolar, por cada estudante quilombola, é da ordem de 78%, o acréscimo é de 0, 28 centavos por estudantes.

Outro aspecto fundamental na construção da cidadania é a educação. A discussão de que as comunidades quilombolas precisam de uma política educacional voltada para as suas especificidades tem assento na Conferência Nacional de Educação em 2010. A Câmara de Educação Básica do CNE publicou a Resolução nº 4 em 13 de julho de 2010, definindo Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. A Resolução institucionaliza a Educação Escolar Quilombola como modalidade de educação, cuja definição é a seguinte:

A Educação Escolar Quilombola será desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a educação básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (Seção VII, Resolução nº 4, CEB/CNE, 2010).

Este trabalho tem como objetivo relatar os caminhos trilhados pelos que fazem a Comunidade de Cacimba Nova, no município de São João do Tigre, Cariri paraibano para conquistarem o reconhecimento e registro de comunidade

remanescente de quilombo, bem como, revelar a peleja constante para assegurar a concretude das políticas públicas que lhes são devidas por direito.

E ainda como objetivos específicos: a; elencar os instrumentos, como: leis, decretos, estatutos secretarias e programas disponíveis para os povos das comunidades quilombolas. E a partir, de suas necessidades, como Cacimba Nova apodera-se destes instrumentos enquanto possibilidade de melhorar as condições de vida da comunidade.

Utilizamos a metodologia da pesquisa qualitativa, e os instrumentos para coleta de dado a revisão bibliográfica, optando pela análise documental, compreendendo documento tudo que “serve de testemunho” (CELLARD, 2014); documentos referentes à comunidade, registros fotográficos, história oral e relatórios da nossa participação em atividades desenvolvidas na comunidade ou em outras comunidade quilombolas com a participação de representante de Cacimba Nova.

Não obstante as dificuldades enfrentadas para as comunidades receberem o certificado, há ainda um longo caminho a percorrer para conquistarem as políticas públicas reservadas à população quilombola. Estas representam a possibilidade de resgate à condição de cidadania que lhes vem sendo negada ao longo da história. No entanto, conquistar os resultados das políticas públicas é também um processo de disputa contínua. Há que continuar resistindo para desatar os nós que os regimes de opressão foram costurando ao longo da vida

Ao chegar ao final pretendemos responder a seguinte questão: Como a comunidades está tendo acesso às políticas públicas e quais os desafios enfrenta para garantir a acessibilidade a estas políticas?

Nosso texto está dividido em quatro partes, na primeira a contextualização com o histórico da comunidade, na segunda o processo de reconhecimento, no terceiro acesso às políticas públicas e as considerações finais

2. CACIMBA NOVA, UMA COMUNIDADE RECONHECIDA.

Localizada no município de São João do Tigre, Cariri Ocidental paraibano, Cacimba Nova é formada por oitenta e sete famílias originárias de uma família de negros escravizados que habitaram há 200 anos. Isolada das outras comunidades vizinhas, possuindo somente dois acessos, a comunidade tem sua própria cultura, tradições e organização. Conforme relato dos habitantes mais velhos, registrados pelo jovem da comunidade Josiel Ventura, os moradores mais antigos da região foram os negros, escravos, trabalhadores ou fugidos, que viveram uma história de opressão e de muito sofrimento, passaram por privações, tendo inclusive, casos de pessoas que morreram de fome. Nestes registros encontramos a história de Joana Batista, matriarca negra, encontrada em um cercado por pessoas da região. Segundo o relato as oitenta e sete famílias são descendentes de Joana Batista, escrava fugitiva.

Em tempos de bom inverno a comunidade cultivava pequenos roçados, onde plantavam feijão, milho, fava e jerimum. E ainda da criação de pequenos animais. O que sobrava destas culturas, após retirarem para o sustento, vendia nas feiras da região. As mulheres produziam panela de barro, diz-se que as louceiras de Cacimba Nova eram conhecidas na região. Vendiam os produtos para “além da serra”, no vizinho estado de Pernambuco. Infelizmente esta arte foi aos poucos abandonada e esquecida, segundo os relatos, tem ainda algumas senhoras já idosas que sabem a arte, embora não mais a exerça.

Importante destacar a renascença arte desenvolvida pelas mulheres da comunidade. Hoje as peças produzidas são vendidas em feiras ou atende encomendas. O artesanato é basicamente um complemento na renda familiar dado à dificuldade na comercialização, ficando muitas vezes, o lucro com os/as atravessadores. Outra fonte de renda, praticamente o sustento das pessoas, é o programa bolsa família e as aposentadorias.

A vida é celebrada de várias formas. Palco de grandes festas, a comunidade recebe muitos visitantes, especialmente nos forrós. Outro momento de lazer se dá no campo de futebol, espaço de torneios reunindo os times amadores da região. As crianças e jovens participam do grupo de capoeira, espaço de lazer, mas também, de resgate da história.

A ocupação do território compreende lotes, chamado por eles de cercado herdados de pais e avós. Quando os filhos casam constroem suas residências dentro do cercado dos pais. Assim muito raramente encontraremos uma pessoa de fora, a não ser pelos casamentos, indo morar na área da comunidade. Porém o isolamento da área e a situação de discriminação propiciou o casamento entre parentes contribuindo para a formação de uma grande família.

Geograficamente isolada das outras comunidades, com apenas dois acessos relação com os “de fora” acontece ainda situação de discriminação passando por situações vexatórias por causa do preconceito. Costumavam ouvir, quando por ocasião de algum sinistro nas imediações ou em ocasião de festas no povoado de Cacimbinha a seguinte expressão: “Foram os negros de Cacimba Nova”. Por esta e outras formas de discriminação muitas pessoas da comunidade não se reconhecem como pessoa negra negando suas origens. Os próprios membros avaliam este comportamento como forma de resistência e defesa que veem desenvolvendo ao longo dos anos. Hoje embora minimizado na narrativa de Josiel Ventura, as pessoas ainda se sentem o preconceito, tanto as crianças e jovens que frequentam a escola na comunidade de Cacimbinha como membros da comunidade que necessitam de atendimento médico na unidade de saúde da família.

Assim como outras comunidades do semiárido paraibano Cacimba Nova sofre com a estiagem e a falta d’água é uma constante. Aliás, a lembrança das sucessivas secas faz parte das histórias dos mais velhos da comunidade, narrando o quanto tinham que andar para buscar água. A perfuração de um poço amenizou a carência d’água, mas está longe de solucionar o problema, pois a água é imprópria para o consumo humano, dado o grande teor de sal. As famílias contam com cisternas construídas pelo programa “um milhão de cisternas” do governo federal, embora a região esteja entre as atendidas pela “operação pipa” os caminhões não chegam à comunidade.

3. DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE DE HISTÓRICO-POLÍTICA: DESBRAVANDO VEREDAS

A característica que demarca o quilombo é sua resistência ao regime escravocrata e suas organizações, esta estratégia compreendia, inclusive, estabelecer-se em lugares de difícil acesso para obstar a chegada do senhor ou das pessoas que viviam a seu serviço. Assim foi também com Cacimba Nova, construída pelas pessoas que almejavam a liberdade, a construção da própria vida sem ter um dono, um senhor de mando. Por muito tempo, há mais de 200 anos estar no anonimato a fez sobreviver. Estar em um espaço isolado das outras fez dela “uma grande família”. Porém o que lhe mantém através da história é um elemento de dificuldades.

Conscientes da necessidade de participação e de buscar condições melhores para a vida de seu coletivo, algumas pessoas dão o passo em direção a novas perspectivas. Importante registrar que uma das primeiras participações do grupo no espaço público, ocorre por meio da inserção em uma plenária do orçamento democrático estadual¹, no ano de 2014. A comunidade quilombola instituída no refúgio e na busca por uma vida sem dono, sem o senhorio, inaugura sua apresentação pública a partir da presença, vivência de fala e de proposição em uma plenária cujo objetivo é a participação direta das comunidades para fortalecer seu empoderamento. Dessa forma, a comunidade inicia o seu processo de ser reconhecida reconhecimento pelos poderes públicos.

Resultado dessa entrada na esfera pública, a comunidade obteve o único poço existente em sua localidade, que fora demandado em uma plenária do Orçamento Democrático. Também neste espaço estabelecem o primeiro contato da comunidade com a Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana - SEMDH e com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú - PROCASE. A partir deste encontro inicial foi construída uma agenda

¹ Orçamento Democrático Estadual da Paraíba é o instrumento responsável pela coleta e o acompanhamento das prioridades e demandas (que são solicitações de obras, serviços e ações) da população nas 14 Regiões Orçamentárias do Estado: João Pessoa, Guarabira, Campina Grande, Cuité, Monteiro, Patos, Itaporanga, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Princesa Isabel, Itabaiana, Pombal e Mamanguape.

entre as organizações do poder público e a comunidade, que consegue ser contemplada na pauta de agentes públicos.

Com efeito, em uma roda de diálogo, representantes da comunidade, da SEMDH, do PROCASE e representante da secretaria de Ação Social do município de São João do Tigre, fizeram a memória da comunidade. O representante da SEMDH, Gerente Executivo de Igualdade Racial, apresentou o passo a passo para a comunidade solicitar à Fundação Cultural Palmares-FCP o reconhecimento da condição de comunidade remanescente de quilombo. (SEMDH,2014) O primeiro registro documental da presença do Estado no território comunitário, para em conjunto discutir políticas públicas, permite-nos observar um movimento, ainda que incipiente da comunidade sentir-se percebida. Criando, portanto, a oportunidade de conhecer políticas públicas específicas para comunidades remanescentes previstas no programa do governo federal Brasil Quilombola.

A partir deste encontro pioneiro as pessoas inauguraram o diálogo sobre a história dos antigos moradores, suas origens e sobre como o que os faziam diferentes era também o que os faziam resistir. Com o objetivo de promover “diálogos a partir dos saberes e Identidade das comunidades Quilombolas”, o PROCASE promoveu o primeiro intercâmbio² entre as comunidades quilombolas do seu território de atuação. Com esta iniciativa esperava contribuir para o fortalecimento da cultura e das atividade produtivas desenvolvidas pelos grupos (PROCASE, 2015). A comunidade de Cacimba Nova participou do primeiro Intercâmbio com a presença e o comparecimento do seu grupo de jovens capoeiristas, além de outras representantes. Este registro mostra-nos o movimento de ir ao encontro, de construir relações e fortalecer a experiência. É um marco o momento em que a liderança da comunidade “fala lá na frente”, usa o microfone e a sua fala ultrapassa os cercados da comunidade, pois passa a ser ouvida pelas outras comunidades. Comunidades que assim como Cacimba Nova nasceram da resistência e da teimosia. Tais elementos tornaram-se perceptíveis no momento de definir qual a comunidade receberia o próximo intercâmbio. Duas das

² Primeiro Intercâmbio Quilombola promovido pelo governo da Paraíba através do Projeto de desenvolvimento sustentável do Cariri, Seridó, Curimatau- PROCASE. O intercambio reuniu as seis comunidades quilombolas da área de atuação do PROCASE. Aconteceu em Santa Luzia na Comunidade do Talhado Urbano em dezembro de 2015.

participantes se ofereceram, uma delas Cacimba Nova. A decisão seria das participantes através do voto aberto, porém as pessoas que representavam a outra pretendente em sediar o próximo intercâmbio, a comunidade quilombola de Serra do Abreu, município de Nova Palmeira declinou em favor da outra comunidade. A atitude da liderança de Serra do Abreu, Vera Lúcia foi seguida pela justificativa: “Cacimba Nova está começando, nós precisamos ir lá para fortalecer a luta delas”. Agora a comunidade se tornava reconhecida pelas outras com histórias diferentes, ancorada no que é comum às Comunidades remanescentes de acordo com o Dec. 4887/2003

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL,2003).

O caminho se faz caminhando e entre um intercâmbio e outro os membros da comunidade participaram de várias atividades com o objetivo aprender e apreender com as oportunidades. Os jovens estiveram presentes nas conferências de Juventude, tanto regional como estadual, no retrato das conferências de juventude tem a cor e a jovialidade de Cacimba Nova. Enquanto preparavam-se para receber as outras comunidades recebiam de bom grado os desafios que a vida oferecia. Assim, um dos jovens fez parte do grupo de jovens vivericultores do PROCASE. (PROCASE, 2016). Outra vez, em mais um ano, a comunidade esteve na plenária do Orçamento Democrático para apresentar para o Estado as sugestões para o uso dos recursos públicos estabelecido no orçamento anual. Nesta plenária, respondendo ao edital lançado pelo PROCASE para apresentação de proposta de projeto produtivo, os jovens e as mulheres apresentaram suas proposições.

No segundo intercambio³ a comunidade além de estar preparada para acolher as pessoas representantes de outras comunidades quilombolas, tinha também diferentes experiências para compartilhar. E com o tema “Identidade Quilombola:-, Ancestralidade e Direitos (A)Firmados”, aconteceu a segunda edição encontro com as comunidades quilombolas, sediado em Cacimba Nova.

³ Segundo Intercâmbio Quilombola promovido pelo governo da Paraíba através do Projeto de desenvolvimento sustentável do Cariri, Seridó, Curimataú- PROCASE. O intercambio reuniu as seis comunidades quilombolas da área de atuação do PROCASE. Aconteceu em São João do Tigre na Comunidade de Cacimba Nova, em dezembro de 2016

Agora, as pessoas representantes das demais comunidades passam do saber que existe, do conhecer as pessoas da comunidade, ao conhecimento do território, à partilha do alimento da dormida nas casas, da confraternização. Destacamos a importância atribuída ao intercâmbio por parte dos membros da comunidade durante o processo de preparação e discussão da metodologia para a realização do intercâmbio. O empenho era identificado durante a preparação, na acolhida de visitantes em suas casas, da elaboração e partilha da alimentação até as atividades culturais e passeios pela localidade. Ao final do intercâmbio ouvimos de Maria Ventura, liderança da comunidade a seguinte expressão, “Quando cheguei do primeiro intercâmbio disse para a minha comunidade: Nós somos quilombolas, porque eles falam igual que nem nós”. E nesse estar e fazer juntas as comunidades vão resgatando e tecendo a própria identidade (PROCASE, 2016).

Responsável pela defesa da Constituição e observância das leis, o Ministério Público Federal, fez-se presente na comunidade (MPF, 2017). Este registro é fundamental para percebermos as veredas que vão sendo percorridas para que, de fato e de direito, a comunidade seja reconhecida. Em seu relato, o Ministério Público Federal - MPF, além de contextualizar os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da comunidade, observamos que também inclui orientações no sentido de asseverar que o acesso as políticas públicas ocorra de modo permanente. Esta ação é perceptível no parágrafo em que descreve que contínuo à presença na comunidade realizou reunião com o prefeito local. Objeto desta conversação é o enfoque na situação de vulnerabilidade das pessoas e elencando os direitos que a comunidade passa a deter após o reconhecimento como remanescente quilombola. Ressaltou ainda o MPF, que esta condição traz vantagens e consequências para o município, pois o mesmo passa a ser destinatário de programas administrados com recursos federais. Por sua vez o gestor assegurou o empenho em potencializar a promoção das políticas públicas na comunidade.

Desse modo, o MPF, guardião dos interesses da sociedade, principalmente dos mais vulneráveis, como as comunidades tradicionais, recomenda que a comunidade envie ofícios para os órgãos gestores responsáveis pela políticas públicas voltadas para comunidades quilombolas e à prefeitura municipal solicitando atendimento às demandas no âmbito da esfera de suas atribuições (MPF, 2017).

Continuando a saga do reconhecimento, ao trilhar veredas, atravessar fronteiras, retirar entulhos, a comunidade recebe da FCP, a certidão de autodefinição como remanescente de quilombo. O Ato assinado publicado no Diário Oficial da União (DOU), no dia 20 de novembro de 2017, data em que as comunidades quilombolas celebram o dia da consciência negra, homenageando a resistência histórica de Zumbi dos Palmares. De acordo com Arruti (2008), a política de reconhecimento transforma as comunidades em objeto de atenção e permanente inclusão. A alegria, a festa pelo fato de tornar-se reconhecida pelo poder público se espalhou ultrapassando os limites do município de São João do Tigre. No informativo eletrônico do MPF do dia 20 de novembro de 2017 lê-se a boa notícia para Cacimba Nova e ainda expressa de forma contundente que “o auto-reconhecimento tem natureza declaratória suficiente para que sejam iniciadas as tratativas de acesso às políticas públicas destinadas aos remanescentes de quilombo” (MPF, 2017).

No ato do recebimento do certificado a comunidade tornou-se palco de representações do poder legislativo federal, estadual e municipal e ainda do poder executivo estadual e municipal, consolidando momento de consagração da visibilidade da comunidade.

A reconstrução da identidade sufocada pelas situações de medo, perseguição, intolerância e preconceito, se dá de forma gradativa. Passando por processos pessoais que influenciam no coletivo e vice versa. Com o objetivo de fortalecer e ampliar o apoio à população negra, particularmente, às comunidades quilombolas, o PROCASE promoveu o terceiro intercâmbio⁴ entre as comunidades do seu território, desta feita com o tema: “Cultura e Beleza como forma de resistência”. Uma roda de conversa sobre cabelo identidade, coordenado pelo educador fez parte da programação. Facilitada por Félix Oliveira⁵ (PROCASE, 2017), tornou-se um espaço das manifestações de liberdade, pois cada participante teve a oportunidade de falar não só da vivência nas

⁴ Terceiro Intercâmbio Quilombola promovido pelo governo da Paraíba através do Projeto de desenvolvimento sustentável do Cariri, Seridó, Curimataú- PROCASE. O intercâmbio reuniu as seis comunidades quilombolas da área de atuação do PROCASE. Aconteceu em Boa Vista na Comunidade de Santa Rosa, em dezembro de 2017

⁵ Félix Oliveira, educador popular idealizador do Projeto de valorização da ancestralidade negro-africana a partir do cuidado com cabelos crespos e cacheados - Projeto Mukunã

comunidades, mas das experiências pessoais marcadas por grandes e profundas cicatrizes. E lá estava Cacimba Nova, somando-se às outras seis comunidades reconhecidas como remanescentes no território do PROCASE. Na linha do tempo contemplamos 200 anos de invisibilidade como forma de resguardar-se e existir e 2 anos tornando-se conhecida e reconhecida por favorecer a ampliação e a continuidade da história de resistência.

De posse do instrumento de reconhecimento, a comunidade se defrontará com novos desafios. Concordamos com Flávia Piovesan (2006, p.1) quando diz que a “partir da titularidade do direito há um alargamento do próprio conceito do direito”. Cacimba Nova não é mais apenas uma comunidade do município de São João do Tigre, ela é possuidora de registro no Diário Oficial da União-DOU (2017), ela tem uma identidade nacional. A materialidade dos direitos é transportada para o coletivo, mas não um coletivo abstrato; são pessoas historicamente situadas com direitos próprios reconhecidos por causa de sua identidade. Tonou-se grupo prioritário na destinação das políticas sociais do Estado, particularmente as reservadas às comunidades quilombolas a exemplo das descritas na Agenda Social Quilombola instituída pelo governo federal.

4. CACIMBA NOVA E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

As comunidades remanescentes de quilombo deverão ter acesso às políticas públicas garantidas pelo art.68 dos ADCT e pelo Dec.4887/2003 (BRASIL, 2003.), que lhes assegure os instrumentos capazes para dar efetividade às políticas voltadas à população quilombola. Ainda com o objetivo de consolidar as políticas de Estado para as comunidades remanescentes, foi lançado pelo governo federal, em 2004, o Programa Brasil Quilombola-PBQ que teve como desdobramento o Dec.6261/2007 instituindo a Agenda Social Quilombola estruturada em quatro eixos: acesso à terra, infra-estrutura, qualidade de vida e desenvolvimento local e cidadania. Esta agenda tem a finalidade de articular ações intersetoriais para o desenvolvimento integrado, além disso, o decreto institui em seu art.5º o comitê de gestão composto por vários Ministérios com atividades e atribuições afins (BRASIL, 2007). Em seguida, descrevemos os quatro eixos mencionados:

EIXO I- ACESSO À TERRA

Contam os antigos que as terras de Cacimba Nova foram adquiridas pela matriarca Joana Batista, pelo valor de 55 mil reis. Estas terras foram passadas aos seus herdeiros, e à medida que iam constituindo novas famílias faziam novos desmembrando na posse das terras. Ainda hoje, os filhos casados constroem suas casas e se instalam no terreno dos pais. As ocupações não possuem o registro, dispõem somente da posse da terra.

Desse modo, o acesso à terra é a primeira, e fundamental, demanda das populações remanescentes de quilombos no Estado. Ter direito a uma terra de morada e para trabalhar, constitui condição para o exercício de outros direitos por parte da comunidade e, em especial, para o desempenho da produção na agricultura familiar, a principal atividade econômica que realizam.

O processo de regularização do território é atribuído ao INCRA, e é iniciado com um estudo que envolve o conhecimento sobre vários aspectos da comunidade, a elaboração do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação). Uma vez aprovado este relatório, o INCRA publica uma portaria de reconhecimento do terreno, que declara quais são os limites do território

quilombola. A fase final do procedimento é a regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas através de desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território. É concedido título de propriedade coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada. Os títulos garantem a posse da terra, além do acesso a políticas públicas como educação, saúde e financiamentos por meio de créditos específicos.

De acordo com INCRA/PB, em maio de 2018 havia na Paraíba 29 processos abertos para regularização fundiária, destes, 14 RTIDs foram iniciados e 09 já foram publicados no DOU. O último decreto autorizando a desapropriação consta de maio de 2018 beneficiando a comunidade de Vaca Morta, no município de Diamante. Na Paraíba, das 37 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), apenas duas possuem a posse das terras. A última posse emitida, foi em 2016, referente à comunidade Grilo, localizada no município de Riachão do Bacamarte, e ocorreu 10 anos após a obtenção do reconhecimento como quilombolas.

Vencida a primeira batalha, a do reconhecimento, pela comunidade de Cacimba Nova, observamos que a fase seguinte demandará mais tempo, muita atenção e persistência das instituições parceiras e menos morosidade do poder público. Porém as atrizes e atores principais estão na comunidade e se fortalecerão cada vez que intercambiando as experiências e conquistas e renovando as energias. Nesse sentido, vale registrar a fala de Sr. Geraldo Gomes de Maria na festa da posse do quilombo de Bonfim, no município de Areia: “Quero dizer às outras comunidades que não desistam apesar das dificuldade. Se não fosse a resistência da comunidade nós não estaríamos aqui. Mas não paramos por aqui; temos muito a conquistar.” (INCRA, 2001)

EIXO II- INFRA-ESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

- a) Saneamento: O guia de políticas públicas para as comunidades quilombolas do Programa Brasil Quilombola assegura que as ações de saneamento para as comunidades fazem parte do Programa de Saneamento Básico, responsabilidade do Ministério da Saúde através da Fundação Nacional de

Saúde -FUNASA. São ações de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares (SEPPIR,2013).

As ações de saneamento rural desenvolvidas pela FUNASA são custeadas com recursos não onerosos do Orçamento Geral da União (OGU), executadas por meio de convênios firmados diretamente com os municípios e/ou estados e, em casos excepcionais, a FUNASA executa direta ou indiretamente as ações (FUNASA, 2018).

No caso em foco, Cacimba Nova é desprovida de obras de saneamento. A maioria das casas não dispõe de banheiros, e mesmo quando este existe fisicamente não há fornecimento regular de água que permita manter o seu funcionamento. Em parte das casas, o “banheiro” é apenas um cercado de varas nos fundos dos quintais, destinado a manter a privacidade para o banho e as necessidades fisiológicas. Outras não dispõem sequer dessa estrutura rudimentar. Em algumas casas registra-se a construção de banheiros por meio de programas que utilizaram recursos federais, com estruturas padrão que contém sanitários e chuveiros. Contudo, os banheiros não estão em uso, pois foram implantados de forma inadequada e não chegaram a funcionar inviabilizando sua utilização. Assim, embora implantados, em algumas casas, as pessoas continuam utilizando os cercados e os “matos” para tomar banho e fazer suas necessidades. Em algumas casas foi possível a utilização dos banheiros com a realização de obras pelos próprios moradores, a depender da posição e da geografia do terreno em que estavam localizados. Em outras o problema não apresenta solução viável, permanecendo a construção nos quintais sem qualquer finalidade. (MPF, 2017)

O acesso à água é um dos grandes problemas enfrentado por Cacimba Nova, que vem tradicionalmente sobrevivendo a longos períodos de seca. A falta d’água sempre foi uma constante na comunidade. Em relação a isso, pouco mudou desde os tempos da escravidão. As lembranças do tempo seco, relacionado a intensas privações, são frequentes e marcantes na memória do povo.

Para resolver o problema da escassez de água a comunidade fez diligência junto à Secretaria de Recurso Hídricos do estado. Respondendo a esta demanda, o

Programa Água Viva perfurou um poço obtendo água (SEIRHMACT, 2015). Importante registrar, que o tal programa foi criado para atender prioritariamente a comunidade em situação de vulnerabilidade, a exemplo das quilombolas com o objetivo de mitigar a situação de estiagem enfrentada pelo Nordeste desde 2012.

Hoje a comunidade conta com dois poços, um deles já em funcionamento, mas a água, é imprópria para uso humano, utilizada principalmente para os animais. Para que a água possa ser utilizada a comunidade solicitou e está sendo atendida por um dessalinizador, ação executada pelo Programa Água Doce, também do governo estadual. Com esta obra a comunidade passará a utilizar a água para os fins que necessitam, o consumo humano. O outro poço está em processo de implantação pelo PROCASE, ação demandada através do edital 001/2016, lançado pelo PROCASE com o “objetivo de atender prioritariamente, mulheres, jovens e comunidade quilombolas” (PROCASE,2016). Além do poço está ação compreende a instalação de um kit para irrigação proporcionando à comunidade oportunidade para implantação de cultivo de hortaliças e outras culturas.

b) Habitação: Com a perspectiva de aprimorar a execução das ações em habitação foi firmado entre a SEPPIR e Caixa Econômica Federal um acordo de cooperação, para implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de promover o desenvolvimento local e regional das comunidades quilombolas.

A Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP atende, no âmbito do Estado da Paraíba, as demandas habitacionais dessas comunidades. A Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, por sua vez, dispõe de programa de erradicação de casas de taipa, em virtude dos riscos produzidos pela presença endêmica de barbeiros no Estado. Nesse programa, as casas de taipa são substituídas por casas de alvenaria. As Prefeituras são gestoras do projeto, em nível local, seja do Programa Minha Casa, Minha Vida ou dos projetos de construção de casas pela FUNASA. A implementação dessa política pública tem sido comprometida pela sua feição altamente burocrática. Diversas comunidades do Estado têm enfrentado problemas para acessar o programa em virtude das dificuldades de cadastro de beneficiários, pela ausência da documentação

necessária ou mesmo do título da terra, exigido em todos os programas federais destinados à habitação.

A comunidade Cacimba Nova dispõe de casas bastante simples, edificadas por meio de recursos próprios. Existe demanda para a construção de novas casas, pois ainda há muitas famílias filhos casados que vivem com os pais por lhes faltar condição de construir sua própria moradia.

c) Eletrificação: Das ações integradas para tornar as políticas da agenda quilombola a eletrificação em assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades localizadas em reservas extrativistas ou em áreas de empreendimentos de geração ou transmissão de energia elétrica, cuja responsabilidade não seja do respectivo concessionário; deverá ser atendidas pelo “Programa Luz para Todos”

Em Cacimba Nova há energia elétrica nas casas, mas não há postes de iluminação da comunidade, nem iluminação pública de qualquer espécie. No período da noite, as áreas comuns permanecem totalmente no escuro. Os deslocamentos entre as casas, quando necessários, são feitos com o acompanhamento de lanternas. Por essa razão evita-se sair à noite, a não ser nos casos em que é estritamente necessário. A eletrificação foi pelo programa do governo federal Luz para Todos que tem como objetivo utilizar a energia elétrica como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.

EIXO III- INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade, social, cultural, econômica e política das comunidades (SEPPIR, 2013).

Objetivando promover o desenvolvimento sustentável dos Povos Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seu

direitos territoriais, sociais, ambientais, econômico e Culturais, valorizando sua identidade, suas formas de organização e suas instituições, em 2007, o governo federal instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidade Tradicionais – PNPCT (DECRETO. 6040).

Segundo o Relatório Brundtland, (1987) o “desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades”. Focaremos na dimensão social da sustentabilidade considerando-a como uma busca contínua de qualidade de vida através da produção e consumo de alimentos saudáveis. A base produtiva de Cacimba Nova concentra-se na agricultura de subsistência, em períodos de inverno e na criação de pequenos animais. É sabido, que as condições climáticas dos últimos tempos dizimou as plantações e provocou a diminuição do rebanho, por esta razão a implementação de políticas no sentido de amenizar estes efeitos foram instituídas pelo Estado. Com intuito de contribuir para efetivar este eixo da Agenda Social Quilombola -ASQ e fortalecer as ações produtivas, a comunidade vem sendo atendida pela Assessoria Técnica- AT contratada pelo PROCASE, com o compromisso de se fazer presente na vida do grupo, nas ações individuais dando ênfase às organizações produtiva e social. (PROCASE,2017).

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar, garantindo, ainda, a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Ser reconhecida como comunidade quilombola possibilitou o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos modalidade Compra com Doação Simultânea- PAA/CDS. Este programa objetiva adquirir alimentos da agricultura familiar, com vistas à doação, tendo como beneficiadas as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens; no sentido de minimizar situações de insegurança alimentar (CONAB,2017).

Outra política, diretamente ligada ao desenvolvimento sustentável, acessada pela comunidade é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF. Esta política é de financiamento de projetos individuais ou coletivos com objetivo de gerar renda para os agricultores familiares, assentados e comunidades tradicionais.

EIXO IV- DIREITO E CIDADANIA

a) Educação: A Agenda Social quilombola destaca neste eixo dois aspectos fundamentais de direito adquirido pela Constituição Federal (1988) e essenciais para o exercício da cidadania, educação e a saúde.)

É sabido que a CF.88, em seu artigo 6º determina os direitos fundamentais para o exercício pleno da cidadania e PBQ especifica como é possível garantir que tais direitos sejam acessados pelas comunidades tradicionais. Importante ressaltar que o artigo em referência dá primazia a educação, seguida dos outros direitos fundamentais.

É papel dos estados e municípios garantir a educação nos territórios quilombolas. Ao estado compete de acordo com o MEC definir a política de educação étnico-racial e quilombola no estado. Na Paraíba, no âmbito da Secretaria Estadual de Educação- SEE, foi criada a Gerência-Executiva de Diversidade e Inclusão – GEDI, que tem como objetivo atuar em favor da educação diferenciada para as populações tradicionais, como indígenas, quilombolas e ciganos. O Plano estadual de Educação no Art. 7º, § 2º, determina que a educação escolar para as comunidades tradicionais deve considerar os territórios étnico-educacionais, levando em conta as especificidades socioculturais e linguística de cada comunidade. E ainda no § 3º, assegura, no sistema de ensino, equidade educacional e diversidade cultural às populações das comunidades tradicionais.

Neste sentido a SEE, através da GEDI tem feito discussões sobre a educação nas comunidades quilombolas, envidando esforços para que as escolas em territórios quilombolas sejam reconhecidas como escolas quilombolas, pois

garantirá acesso a programas como o PNAE e o recebimento de verbas diferenciadas advindas do governo federal. Registramos ainda em 19/11/2015, a promoção de oficinas pedagógicas para a formação dos profissionais de educação que atuam nas escolas declaradas como quilombolas no Censo Escolar 2014, no Estado da Paraíba, a fim de implementar no currículo escolar as especificidades da Educação Escolar Quilombola.

Os objetivos da formação são orientar professores, gestores e funcionários sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica; subsidiar a comunidade escolar para elaborar de forma coletiva seu Projeto Político Pedagógico (PPP); criar um espaço de discussão do papel da escola na comunidade; orientar os educadores para utilização do material “A Cor da Cultura” da Fundação Roberto Marinho e distribuir este material às 27 escolas das comunidades Quilombola da Paraíba. Com o objetivo de levantar a situação sócio-econômica das Comunidades Quilombolas na Paraíba, a Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro- descendentes- AACAD realizou em 2012, um “Estudo Censitário da População Quilombola 2012”. Observa –se no mencionado estudo, no que se refere à educação, que há muito a ser realizado que fazer, pois constatou-se que do total das 38 comunidades uma soma de 12, à época não dispunham de escolas. Porém nas escolas existentes constatou o número de salas de aula insuficiente para atender as demandas. Outro elemento é a taxa de analfabetismo, superior à taxa do Brasil no mesmo período. A maioria (63,6%) das crianças de até 5 anos de idade não teve a possibilidade de frequentar a escola, e 80,75 das crianças de 0 a 3 anos não teve acesso à creche. Das crianças com idade escolar obrigatória (6 a 14 anos), 4,4% não estavam ou nunca estiveram estudando. Na faixa etária compreendida entre 15 e 17 anos, o quantitativo que não frequentava a escola alcançou 21,2% (AACAD, 2012).

Não há escola em Cacimba Nova. Os alunos da comunidade estudam, no ensino fundamental, na escola que fica em uma comunidade vizinha, Cacimbinha, e o ensino médio, na sede do Município de São João do Tigre. O transporte é de responsabilidade da prefeitura com um funcionamento satisfatório.

A compreensão de que a escola quilombola deve contemplar as especificidade da comunidade e ser um instrumento de promoção e

desenvolvimento humano faz-nos perceber a urgência da construção de uma escola na comunidade, demanda já apresentada ao gestor municipal.

O Programa de Ações Integradas, lançado pela SEPPIR apresenta dentre as políticas a serem acessadas pelo poder público municipal o programa de construção de escola quilombola, ou escola do campo. Seu objetivo é desenvolver ações voltadas à ampliação, adequação, reforma e/ou manutenção das escolas de educação infantil, no campo, atendendo comunidades indígenas e/ou quilombolas, considerando os resultados de um diagnóstico prévio da situação das escolas da rede municipal de ensino e a progressão das matrículas em cada localidade. (SEPPIR, 2013, p. 44)

b) Saúde: Em janeiro de 2008, o Ministério da Saúde-MS, edita portaria que atualiza a população residente em assentamentos da reforma agrária e de remanescentes de quilombos, por município, para cálculo do teto de Equipes de Saúde da família, e equipe de saúde bucal. Tal portaria considera o Decreto 4887/2003, para balizar um acréscimo de 50% em incentivos por atenderem a esta população.

De acordo com o Censo Quilombola registrou-se um índice de cobertura próximo à totalidade dos domicílios entrevistados (92,4%) no que se refere aos programas federais, notadamente aqueles prestados pelos Agentes Comunitários de Saúde – ACS. 88% contavam com esses agentes (apesar de haver apenas 1,13% de visitas domiciliares) e 49,4% eram atendidos pelo Programa Saúde da Família, com média de uma visita domiciliar mensal. O quantitativo 74% da população quilombola não consultou dentista no ano de 2012, quando o censo foi realizado. As comunidades registraram, ainda, uma taxa de 94% de imunização, índice apenas ligeiramente inferior ao recomendado pelo Ministério da Saúde, que é a vacinação de 95% das crianças em cada Município. Importante ressaltar, contudo, que apenas em 9 comunidades (23,7%) existiam Unidades de Saúde (US) em funcionamento. Segundo as lideranças comunitárias entrevistadas, as comunidades que não possuíam unidades de saúde eram atendidas, em sua maioria, na zona urbana do Município (58,6%), enquanto que 41,4% em comunidades vizinhas. A distância média entre as comunidades e as unidades de saúde para o atendimento da população foi de 6 km. Em alguns casos, contudo,

registrou-se que as comunidades se deslocavam até 18 km para serem atendidas (AACAD, 2012).

Em Cacimba Nova, não existe posto de saúde, nem agente de saúde designado para a Comunidade. É muito rara a visita de um agente de saúde na área. A profissional que existia se aposentou há mais de um ano e não foi designado substituto para essa função. Também não há atendimentos de médicos, dentistas ou outros profissionais de saúde em Cacimba Nova. Quando necessitam, os moradores de comunidade precisam se deslocar à sede do município para serem atendidos. Registra, ainda, grandes dificuldades para o atendimento em situações de emergências, agravado pela inexistência de transporte para essa finalidade e precariedade das estradas de acesso a comunidade.

Importante a ação do MPF (2017) no sentido de cobrar do gestor municipal o atendimento à comunidade, destinando um(a) agente de saúde para atender principalmente os mais idosos.

5. CONCLUSÃO

O respeito às minorias e a igualdade de todos sem preconceito de origem e raça é um direito constitucional, previstos nos artigos 215 e 216 da CF88, a Constituição cidadã. Artigos que reconhecem a diversidade cultural brasileira como patrimônio imaterial. Esta Constituição Federal, de 1988, assegura aos grupos diferentes que o seu modo de viver seja respeitado. Os diferentes devem tratados diferentes. Seguido a estes artigos, vem com a mesma intencionalidade o Art. 68 dos ADCT, agora especificando, evidenciando quem é o grupo que deve ser atendido por primeiro em seus direitos fundamentais. São prioritários, pois foram historicamente os primeiros a serem privados dos seus direitos, as comunidade remanescentes de quilombo.

Os quilombolas conquistaram um olhar diferente, um lugar de destaque pelo Estado quando entrou no texto dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, são linhas que abrigam milhares de pessoas, centenas de grupos.

Ocupar o espaço na lei maior do país foi um processo de afirmação construído a muitas mãos pelo movimento negro. Registramos encontros, reuniões com o objetivo de refletir sobre a participação do movimento na Assembleia Constituinte. Rebeca Ferreira Campos (2010, p.4), destaca o Encontro Estadual de Minas Gerais em 1985, que refletia sobre o negro e a Constituinte. Assim como em Minas outros estados refletiam sobre a participação e ocupação do espaço pelas pessoas negras, culminando com um encontro nacional sintetizando as pautas definidas pelos encontros regionais. O movimento então, reivindica que a Assembleia Constituinte deveria reservar um espaço para o movimento negro e que na próxima Constituição as discussões fossem contempladas. Tal registro mostra-nos que a inserção das comunidades quilombolas no Art. 68 dos ADCT, foi uma grande conquista, o desafio maior é torná-lo realidade.

Em 2003, foi criada pelo governo federal a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR, espaço de efetivação das políticas públicas para a s comunidade quilombolas. Nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. Através do decreto, posteriormente transformado na lei 10678, a Secretaria é criada na data em que todo o mundo celebra o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído

pela Organização das Nações Unidas (ONU), dia 21 de março, em memória do Massacre de *Shaperville* Ocorrido no ano de 1960, quando 20.000 negros protestavam contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde eles podiam circular. Isso aconteceu na cidade de Joanesburgo, na África do Sul. Mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército atirou sobre a multidão e o saldo da violência foram 69 mortos e 186 feridos.

O Programa Brasil Quilombola, criado nesse contexto, assegura o desenvolvimento de ações conjuntas entre os vários órgãos de governo para a promoção da igualdade racial, com ênfase para a melhoria das condições de vida das comunidades quilombolas do país, essa estratégia governamental é fundamental para dar visibilidade a esse segmento historicamente excluído da população.

O conjunto de políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas representam a possibilidade de alcançarem a cidadania que lhe vem sendo negado ao longo da história. Tornar prática o Art. 68 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o direito à terra e a preservação de sua história e de sua cultura é um grande desafio. Esta luta, embora desigual e cheia de obstáculos não pode ser contida. É necessário continuar resistindo para que os direitos garantidos nas leis e decretos instituídos nas últimas décadas, sejam efetivamente cumpridos.

Na Paraíba, a política de governo para as comunidades tradicionais, é de responsabilidade da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana -SEMDH, que em sua estrutura compreende a Gerencia Executiva de Igualdade Racial com a função de assegurar o acesso as políticas de governo pelas comunidades tradicionais. Percebemos porém, que passados trinta anos da promulgação da CF, muitas comunidades na Paraíba ainda estão na invisibilidade, outras aguardam a declaração e reconhecimento e a maioria ainda não tem o título da terra.

Ao descrever a saga de Cacimba Nova é importante destacar como uma comunidade que até 2014, era conhecida apenas pelo seu entorno, relacionando-se unicamente com o poder municipal para acessar serviços básicos como saúde, educação, moradia passa a ampliar seus horizontes, tornando-se reconhecida, visibilizada por outros agentes para além de seu espaço local. O percurso da

participação de representantes da comunidade no primeiro intercâmbio de Comunidades Quilombolas do território de atuação do PROCASE, em dezembro de 2015, à festa -celebração da entrega do Certificado de reconhecimento, em janeiro de 2018, percebemos substanciais mudanças, ainda que estejam em processo. Participação efetiva da comunidade nas plenárias regionais do Orçamento Democrático, nos anos de 2016 a 2018, resultando destas participações a implantação na comunidade de equipamentos como: a perfuração de poços, construção de dessalinizador e implantação de um campo irrigado. Percebemos ainda que é concomitante a busca de melhorias com o sentimento de coletividade, o que é perceptível ao verificarmos que os equipamentos conquistados são para o uso comum. O senso do comunitário exige das pessoas além de um exercício permanente de fugir ao individualismo o compromisso de gerenciamento conjunto dos equipamentos que estarão servindo à coletividade.

A comunidade estabeleceu articulação com as várias instâncias do Estado, observa-se porém que em relação aos serviços públicos, de responsabilidade da gestão municipal, há dificuldades em serem implantados. É o que se nota na observação extraída do relatório do MPF. Como discorre “o relatório sugere envio de ofícios Prefeitura Municipal de São João do Tigre, solicitando o atendimento das demandas da comunidade, no âmbito de sua esfera de atribuições” (MPF, 2017). Embora a diligência tenha sido expedida no ano de 2017, pontuando as questões relativas à saúde e educação, até nosso último contato com a presidente da Associação Comunitária, no mês de outubro, de 2018, o serviço de saúde não havia sido regularizado. Sofrem ainda com a falta de um/a agente comunitária de saúde e não há perspectiva de construção de uma escola na comunidade.

Outro importante elemento identificado em nosso estudo é a amplitude da legislação tanto federal, como estadual, no que se refere às comunidades tradicionais. Podemos considerar um avanço, porém não podemos deixar passar despercebido que tal legislação é desconhecida de uma grande número das pessoas a quem ela se destina, e, em muitos casos, dos gestores municipais onde estão as comunidades. É desafiante fazer com que a conquista dos direitos estabelecidos em leis e decretos, resultado de muitas lutas históricas, cheguem até as comunidades.

O determinante nesse processo foi a perspicácia das lideranças em aproveitar as oportunidades para se inserir em atividades fora de sua localidade, conhecendo outras comunidades quilombolas e estabelecendo vínculos com elas, tomando conhecimento dos seus direitos, da existência da legislação e de órgãos públicos estaduais e federais, voltados ao atendimento às necessidades da população quilombola. A partir do primeiro Intercâmbio, quando Maria Ventura se identifica como “nós”, em meio a remanescentes de outras localidades do semiárido, desencadeiam o estímulo para participar de outras ações e começam a se inserir nas diversas modalidades de encontros, intercâmbios e cursos, promovidos no território, e fora dele. Esta mobilização, e também a ousadia, e apoios recebidos, permite ao grupo se agregar para sediar o II Intercâmbio quilombola, contribui para a determinação em fundar a própria associação e culmina com o recebimento da certificação. Fundado o reconhecimento, amplia a legitimidade da comunidade perante o Estado, nas diferentes instâncias; fortalece uma nova visão das comunidades do seu entorno e alargam as possibilidades de acesso às políticas públicas, principalmente pela obrigatoriedade da legislação e a ação das instância de controle, como verificado na atuação do Ministério Público Federal.

REFERÊNCIAS

_____. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil:** Promulgada em 05 de outubro de 1988: atualizada até a emenda Constitucional nº 91/2016, de 18/02/2016. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 29 out. 2018.

_____. Decreto n.º 33.370, de 09 de outubro de 2012. Institui o Grupo Intersetorial do Programa Brasil Quilombola na Paraíba e dá outras providências. Disponível em: <<http://cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeiID=23>>. Acesso em 29 out. 2018.

_____. Decreto Presidencial 4887/2003 de 20 de novembro 2003. Regulamenta o Procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 2003b Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso: 28 out. 2018.

_____. Decreto Presidencial 6040/2007 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007b. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 27 out.2018.

_____. Decreto Presidencial 6261/2007 de 20 de novembro 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da agenda social quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras. 2007^a.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6261.htm> Acesso em: 27 out. 2018.

_____. Dispõe sobre a expedição de títulos de propriedade de terra aos remanescentes de Comunidades Quilombolas no território do Estado da Paraíba e dá outras providências. Disponível em: <<http://cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeiID=23>>. Acesso em: 29 out. 2018.

_____. Lei federal nº 10.678, de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da república, e dá outras providências. 2003c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm>. Acesso: 30 out. 2018.

_____. Lei n.º 7.502, de 11 de dezembro de 2003. Institui o Programa de Resgate Histórico e Valorização das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Paraíba, tendo como base o art. 68 das Disposições Transitórias da Constituição

da República, e dá outras providências. 2003a. Disponível em: <<http://cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeiID=23>> Acesso em: 29 out. 2018.

_____. Lei n.º 8.993, de 15 de dezembro de 2009. Autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CEPIR, e dá outras providências. Disponível em: <<http://cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeiID=23>>. Acesso em: 29 out. 2018.

_____. 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/823981/estatuto-da-igualdade-racial-lei-12288-10>>. Acesso: 27 out 2018.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas- GPPCQ**. Brasília, 2013a. Disponível em: <www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/pbq-guia-de-politicas>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR. **Programa Brasil Quilombola – PBQ** Brasília, 2013b. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **Decreto** n.º 34.542, de 22 de novembro de 2013. Institui o Comitê de Ações Integradas da Agenda Social Quilombola no Estado da Paraíba, e dá outras providências. 2013c. Disponível em: <<http://cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeiID=23>>. Acesso em: 29 out. 2018.

_____. Segundo **Intercâmbio de experiências entre as Comunidades Quilombolas** inseridas nos territórios de intervenção do PROCASE, João Pessoa, 2016)

_____. Terceiro **Intercâmbio de experiências entre as Comunidades Quilombolas** inseridas nos territórios de intervenção do PROCASE, João Pessoa, 2017)

_____. **Curso Cabelo/Identidade**, João Pessoa, 2017

AGENDA PARAÍBA. **Comunidade Quilombola atendida pelo PROCASE recebe certificação da Fundação Cultural Palmares**. Disponível em: <<http://www.agendaparaiba.com/comunidade-quilombola-atendida-pelo-procase-recebe-certificacao-da-fundacao-cultural-palmares/>>. Acesso: 11 de out de 2018

ALMEIDA, Wagner Barros de. Mobilizações étnicas não tardias. In: BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (Org.). **Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. João Pessoa: Imprell, 2013.

ALVES, Josiel Ventura (Org.). **História da Comunidade de Cacimba Nova, São João do Tigre, 2017** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <cida_henriques@yahoo> em: 12 jun. 2018.

BANAL, Alberto. A via crucis das comunidades quilombolas no Brasil e na Paraíba. In BANAN, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (Org.). **Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. João Pessoa: Imprell, 2013.

BRASIL, **Diário Oficial da União**, de 20 de novembro de 2017. Certificação, Portaria de Certificação Formal Comunidade de Cacimba Nova, Disponível em: <www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/docs/>. Acesso em: 20 de out 2018.

CACIMBA NOVA. **Estatuto Social da Associação Quilombola Rural de Cacimba Nova. Quadro social da Associação**. São João do Tigre, 2017

CALHEIROS, Felipe Peres, STADTLER, Hulda Helena Coaraciara . **Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras**, Revista. **Katál**. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 133-139 jan./jun. 2010

CARIRI EM DESTAQUE. **Atuação de de Couto auxilia Comunidade Quilombola do Cariri a obter certificado**. Disponível em: <<http://caririemdestaque.com/cd/politica/atuacao-de-couto-auxilia-comunidade-quilombola-do-cariri-a-obter-certificacao/>>. Acesso em: 25 de out. 2018

CELLARD, André. **Análise Documental: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos/ Ana Cristina Nasser (Tradução)**. 4ª Ed- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL órgão de assessoramento imediato à Presidência da República, 2004 Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/o-que-e-o-consea>>. Acesso: 29 out. 2018.

FERREIRA, Rebeca Campos. **O artigo 68 do ADCT/CF-88: identidade e reconhecimento, ação afirmativa ou direito étnico?** Revista **Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.5-22, jul. 2010. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 26 out. 2010.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Comunidade Quilombola atendida pelo PROCASE recebe certificado da Fundação Cultural Palmares**. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/comunidade-quilombola-atendida-pelo-procase-recebe-certificacao-da-fundacao-cultural-palmares/>>. Acesso em: 25 de out 2018

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, **No dia da Consciência negra comunidade de Cacimba Nova recebe certificado formal**. Disponível

em:<<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/no-dia-da-consciencia-negra-comunidade-de-cacimba-nova-recebe-certificacao-formal>>.
Acesso em: 01 de out. 2018

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Relatório Cacimba Nova PR-PB 00034085_20117 Disponível em: <www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/docs/>.
Acesso em: 27 set. 2018

PROCASE. Primeiro **Intercâmbio de experiências entre as Comunidades Quilombolas** inseridas nos territórios de intervenção do PROCASE, João Pessoa, 2015.

QUILOMBOS DA PARAÍBA. **Quilombolas da Paraíba continuam lutando por reconhecimento.** Disponível em:<<http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/2017/10/quilombolas-da-paraiba-continuam.html>>. Acesso: 26 de set 2018

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA, SEMDH. **Relatório de Visita Técnica, 2014**

ANEXOS

ANEXO I - DOCUMENTO DE RECONHECIMENTO



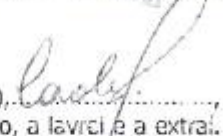
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

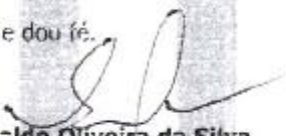
Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação n.º 01420.100361/2017-23 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE CACIMBA NOVA**, localizada no município de São João do Tigre/PB, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro n.º 2.560, fl. 181, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 278 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINIR COMO REMANESCENTE DOS QUILOMBOS.**

Eu, **Carolina Conceição Nascimento**, (Ass.), 
Diretora do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei a extrai.
Brasília/DF, 23 de janeiro de 2018.

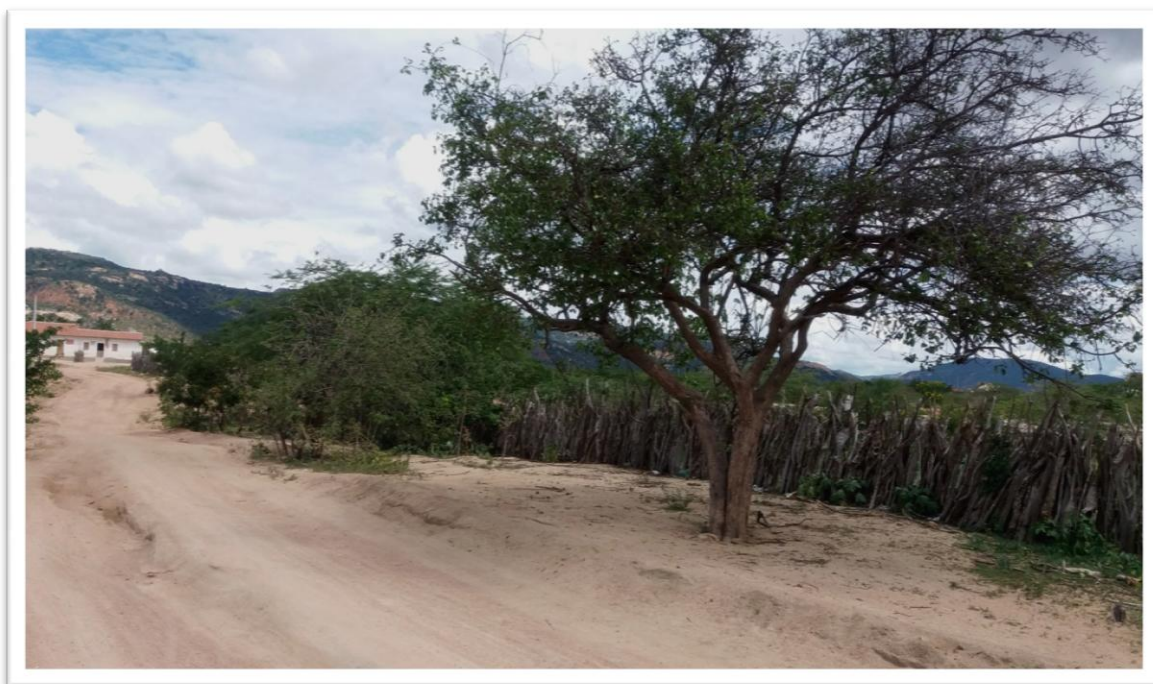
O referido é verdade e dou fé.


Erivaldo Oliveira da Silva
Presidente
Fundação Cultural Palmares

ANEXO - II REGISTRO FOTOGRÁFICO

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CACIMBA NOVA, DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE HISTÓRICO-POLÍTICA

CACIMBA- origem do nome



Fonte: Josiel Ventura (2017)

Participação de representantes da comunidade de Cacimba Nova no primeiro intercâmbio das Comunidades Quilombolas do território do PROCASE

Talhado /Pitombeira-Santa Luzia 2015



Fonte: PROCASE (2015)



Fonte: PROCASE (2015)



Fonte: PROCASE (2015)

Segundo Intercâmbio das comunidades Quilombolas

Comunidade de Cacimba Nova - 2016



Fonte: PROCASE (2016)



Fonte: PROCASE (2016)



Fonte: PROCASE (2016)



Fonte: PROCASE (2016)

Participação de representante da Comunidade no terceiro Intercâmbio das Comunidades Quilombolas – Santa Rosa – Boa Vista



Fonte: PROCASE (2017)



Fonte: PROCASE (2017)



Fonte: D'OLIVEIRA (2017)

COMUNIDADE RECEBE O CERTIFICADO DE RECONHECIMENTO

Entregue pelo então Dep. Federal Luiz Couto

Janeiro de 2018



Fonte: PROCASE (2018)

A presidente da Associação Maria Ventura fala em nome da comunidade



Fonte: PROCASE (2018)



Fonte: PROCASE (2018)